

Uadi Lammêgo Bulos

Professor de Direito Constitucional
Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUC-SP)
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC)

*Curso
de direito
Constitucional*

13ª edição
revista e atualizada até a
Emenda Constitucional n. 105, de 12-12-2019
2020

SUMÁRIO

Obras do autor	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 13ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional	51

Capítulo 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional.....	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional	58
4.1. Direito Constitucional Positivo.....	59
4.2. Direito Constitucional Comparado	59
4.3. Direito Constitucional geral	60
4.4. Direito Constitucional material e formal	60
4.5. Direito Constitucional Internacional	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário	62

Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO

1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Acepções do termo “neoconstitucionalismo”	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa ..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com base em determinada forma de organização política	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova” Teoria do Direito	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas variantes	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar	89
4.5.2. Transconstitucionalismo	90
a) O que é transconstitucionalismo	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça	96
4.6. Constitucionalismo do porvir	97

Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição	99
2. Noção de constituição	100
3. Constituição e carta constitucional	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	102
5. Sentidos tradicionais de constituição	102
5.1. Constituição sociológica	103
5.2. Constituição jurídica	103
5.3. Constituição política	104
6. Outros sentidos de constituição	104
6.1. Constituição jusnaturalista	104
6.2. Constituição positivista	104
6.3. Constituição marxista	105
6.4. Constituição institucionalista	105
6.5. Constituição culturalista	105
6.6. Constituição estruturalista	105
6.7. Constituição biomédica	105
6.8. Constituição compromissória	106
6.9. Constituição suave	106
6.10. Constituição em branco	107
6.11. Constituição plástica	107
6.12. Constituição empresarial	108
6.13. Constituição oral	108
6.14. Constituição instrumental	108
6.15. Constituição como estatuto do poder	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade	109
7.2. Constituição dirigente	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político	111
7.6. Constituição como processo público	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social	112
7.9. Constituição.com (<i>crowdsourcing</i>)	112
8. Classificação das constituições	113
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas	114
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais	115

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	115
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	116
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	116
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais	116
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas	117
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitoriamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis	118
9. Classificação da Constituição brasileira	120
9.1. Quanto à origem: democrática	120
9.2. Quanto à essência: nominal	120
9.3. Quanto à sistematização: unitária	120
9.4. Quanto à ideologia: eclética	120
9.5. Quanto à extensão: analítica	120
9.6. Quanto ao conteúdo: formal	121
9.7. Quanto à forma: escrita	121
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida	121
10. Elementos mínimo-irredutíveis das constituições	122
11. Heteroconstituições	124

Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

1. Princípio da rigidez constitucional	126
1.1. Graus da rigidez constitucional	126
a) Grau máximo: constituições super-rígidas	126
b) Grau médio: constituições rígidas	126
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas	127
2. Princípio da supremacia constitucional	128
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF	129
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica	130
2.3. Supremacia formal da constituição	131
2.4. Supremacia material da constituição	131
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição	132
4. Derrotabilidade de normas constitucionais	133
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional	136

Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade	138
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade	140
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos	140
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais)	141
a) Requisitos formais subjetivos	141
b) Requisitos formais objetivos	141
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo)	142
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade	143
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca)	143
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca)	145
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	150
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial	153
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	156
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente	158
4.7. Inconstitucionalidade causal	159
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita	159
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente	160
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas	163

5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação.....	165
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados	166
7. Sanção de inconstitucionalidade	167
7.1. Regime da sanção de nulidade	168
7.2. Regime da sanção de anulabilidade.....	169
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais.....	170
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares	171
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais.....	175
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	179

Capítulo 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade.....	186
1.1. A <i>graphé paranomôn</i>	186
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	187
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	188
4. Espécies do controle de constitucionalidade.....	190
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	190
a) Controle político	191
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico)	191
c) Controle misto (ecclético ou híbrido).....	192
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	192
a) Controle preventivo.....	192
b) Controle repressivo	192
5. Sistemas de controle da constitucionalidade.....	192
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade.....	193
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	195
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado.....	197
6.1. Portugal.....	197
6.2. França.....	197
6.3. Alemanha	198
6.4. Espanha.....	199
6.5. Itália.....	199
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade.....	200
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade.....	201
a) Constituição de 1824	201
b) Constituição de 1891	201
c) Constituição de 1934	202
d) Constituição de 1937	202
e) Constituição de 1946	203
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69)	203
g) Constituição de 1988	204
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	204
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	204
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade.....	205
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	207
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	208
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	208
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	210
c) Leis ou atos normativos distritais.....	210
d) Espécies normativas (CF, art. 59).....	211
d.1) Emendas constitucionais.....	211
d.2) Medidas provisórias	212
e) Tratados internacionais	213
f) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	213

g) Atos normativos privados.....	215
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	215
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	215
b) Normas constitucionais originárias	215
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	215
d) Crises de legalidade.....	216
e) Leis e atos de efeitos concretos.....	216
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes)	216
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	216
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	216
i) Convenções coletivas de trabalho.....	216
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	216
k) Resoluções do CNJ e do CNMP	216
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo	217
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo	218
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	219
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs)	223
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X)	225
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	225
b) Suspensão da executividade do ato inconstitucional.....	226
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”	227
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada	228
e) Efeitos da resolução senatorial.....	228
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	228
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?	229
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade	235
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade	236
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	236
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	237
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade.....	238
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	239
a) Noção.....	240
b) Natureza jurídica	242
c) Particularidades do instituto	242
d) Finalidade.....	243
e) Objeto.....	244
f) Competência	245
g) Ação interventiva no plano estadual.....	245
h) Legitimidade	246
i) Partes.....	246
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento.....	247
k) Medida cautelar.....	250
l) Embargos infringentes.....	251
m) Sentença e julgamento.....	252
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal	253
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	253
a) Noção.....	254
b) Natureza jurídica	254
c) Finalidade.....	256
d) Competência	257
e) Leis e atos normativos.....	258
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica	258
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	259
f.2) Leis ou atos normativos distritais	260

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares	261
f.4) Princípio da razoabilidade.....	263
f.5) Decisões normativas dos tribunais	263
f.6) Espécies normativas	264
f.7) Emendas constitucionais.....	264
f.8) Medidas provisórias	269
f.9) Tratados internacionais	271
f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP	273
f.11) Leis de diretrizes orçamentárias.....	273
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica	273
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal.....	274
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	274
g.3) Atos normativos privados.....	275
g.4) Crises de legalidade.....	275
g.5) Leis e atos de efeitos concretos	276
g.6) Súmulas.....	277
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	277
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	277
g.9) Normas constitucionais originárias	277
g.10) Convenções coletivas de trabalho	279
g.11) Inconstitucionalidade reflexa	279
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais	279
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis.....	279
h) Legitimidade	279
h.1) Legitimidade ativa	280
h.2) Legitimidade passiva.....	289
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade.....	289
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei.....	291
k) Procedimento	292
l) Petição inicial	292
m) Procuração.....	293
n) Prazo para pedido de informações.....	294
o) Requisição de informações adicionais	294
p) Litisconsórcio	295
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º)	295
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros	300
s) Impossibilidade de oposição	300
t) Impossibilidade de desistência	301
u) Arguição de suspeição e impedimento	301
v) Prescrição e decadência	301
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF	302
x) Medida cautelar	302
y) Decisão final.....	307
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica	307
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional	309
z) Reclamação.....	313
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade.....	316
a) Noção.....	317
b) Natureza jurídica	317
c) Finalidade.....	317
d) Competência	318
e) Características.....	318
f) Objeto.....	318

g) Legitimidade	319
h) Manifestação do Procurador-Geral da República	320
i) Processo e julgamento.....	321
j) Medida cautelar	322
k) Decisão final.....	323
k.1) Efeitos da decisão final.....	323
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade.....	325
l) Reclamação.....	327
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	327
a) Noção.....	328
b) Finalidade.....	328
c) Natureza jurídica	329
d) Cabimento	330
d.1) Atos que comportam ADPF	330
d.2) Atos que não comportam ADPF.....	331
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo	332
f) Que é preceito fundamental?	334
g) Advento da Lei n. 9.882/99.....	335
h) Competência	336
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental	336
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1 ^a da Lei n. 9.882/99?	337
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade	338
l) Legitimidade ativa	338
m) Legitimidade passiva.....	339
n) Pertinência temática.....	339
o) Procedimento	339
p) Medida cautelar.....	339
q) Participação do Ministério Público	340
r) Decisão.....	340
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	341
a) Noção.....	342
b) Previsão constitucional	342
c) Previsão infraconstitucional	342
d) Finalidade.....	342
e) Cabimento	342
f) Competência	344
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais	344
h) Legitimidade ativa e pertinência temática	344
i) Legitimidade passiva.....	344
j) Procedimento	345
k) Prazo	345
l) Medida cautelar.....	346
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional.....	347
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	347
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	348
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso	349
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado	351
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares.....	364
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado.....	365
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo	366
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas	367
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes.....	368
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade.....	369

e) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional	370
f) Princípio da parcelaridade.....	371
g) Princípio da interpretação conforme a constituição como técnica de controle concentrado de normas	371
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto	371
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	373
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade	373
k) Princípio do apelo ao legislador	374
l) Princípio da reserva do impossível.....	374
m) Princípio da reserva do possível.....	377
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos.....	379
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	381
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	383
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art.97; CPC de 2015, arts.948 a 950)	386
14. Controle preventivo de constitucionalidade	389
14.1. Colocação da matéria.....	389
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça	390
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico)	391
15. Controle repressivo de constitucionalidade	391
15.1. Colocação da matéria.....	391
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade	391
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	392
15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V)	392
15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10)	393

Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

1. Significado.....	394
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	395
3. Formas de manifestação	398
4. Existe um poder constituinte “municipal”?	399
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	400
5.1. Natureza.....	400
5.2. Características.....	401
5.3. Espécies	402
a) Poder constituinte formal	402
b) Poder constituinte material	402
c) Poder constituinte revolucionário	402
5.4. Titularidade.....	403
5.5. Exercício.....	404
5.6. Limites extrajurídicos	405
5.6.1. Limites ideológicos.....	406
5.6.2. Limites institucionais.....	407
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos)	407
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado	408
6.1. Natureza.....	408
6.2. Características.....	409
6.3. Espécies	409
6.4. Titularidade e exercício.....	410
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	410
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	411
6.7. Limites do poder reformador.....	411
6.8. Limites expressos	412
6.8.1. Limites formais.....	412

6.8.2. Limites circunstanciais.....	413
6.8.3. Limites materiais	414
a) Cláusulas pétreas	417
b) Extensão das cláusulas pétreas.....	417
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	419
d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	421
6.9. Limites implícitos.....	421
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	422
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário	422
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador	422
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	422
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente.....	423
7.1. Natureza	423
7.2. Características.....	424
7.3. Espécies.....	424
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	424
b) Poder constituinte decorrente reformador.....	426
7.4. Titularidade e exercício.....	426
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	428
7.6. Limites	428
7.6.1. Limites autônomos.....	429
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados)	430
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos)	430
c) Princípios constitucionais extensíveis	432
7.6.2. Limites heterônomos.....	433
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	434
8.1. Natureza.....	434
8.2. Características.....	434
8.3. Manifestação	435
8.4. Mutações constitucionais.....	435
8.4.1. Terminologia.....	436
8.4.2. Como se apresentam.....	436
8.4.3. Categorias	437
8.4.4. Rigidez e mutabilidade	438
8.4.5. Limites das mutações constitucionais.....	439
8.5. Mutações inconstitucionais.....	439
8.6. Manipulações constitucionais	440
8.7. Manipulações inconstitucionais	441
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição.....	442
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	444

Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. O que é interpretar a Constituição.....	446
2. A interpretação constitucional é indispensável	447
3. A quem compete interpretar a Constituição?	447
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional.....	449
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional	451
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a Constituição	453
7. Métodos de interpretação constitucional.....	455
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional.....	455
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da Constituição	457
7.2. Métodos modernos de interpretação constitucional	458
8. Princípios de interpretação constitucional.....	459
a) Princípio da unidade da Constituição.....	459

b) Princípio da correção funcional.....	459
c) Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	460
d) Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador)	460
e) Princípio da força normativa da constituição	461
f) Princípio da máxima efetividade	461
g) Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade)	461
h) Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional)	461
9. Técnicas de interpretação constitucional	463
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses)	463
b) Técnica da otimização de princípios.....	467
c) Técnica da filtragem constitucional.....	467
10. Postulado do legislador racional.....	468
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições.....	469
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”	469
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”	470
14. Interpretação conforme a Constituição	470
a) Interpretação conforme com redução do texto	474
b) Interpretação conforme sem redução do texto.....	474

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional.....	476
2. Eficácia constitucional	476
3. Eficácia normativa das constituições	477
4. Eficácia social das constituições	478
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais	478
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata.....	479
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata	480
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata.....	481
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988	482
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida	482
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo.....	483
d.2) Normas limitadas por princípio programático	484
e) Normas constitucionais de eficácia esvaída e aplicabilidade esgotada.....	485
f) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	487
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais.....	487
7. Efeitos temporais da norma constitucional	488
a) Princípio da recepção.....	489
b) Princípio da recepção material	489
c) Princípio da revogação	490
d) Princípio da repristinação	490
e) Princípio da desconstitucionalização	491

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições.....	492
2. Constituição de 1824	492
3. Constituição de 1891	494
4. Constituição de 1934	495
5. Constituição de 1937	495
6. Constituição de 1946	496
7. Constituição de 1967	497
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967.....	498
8. Constituição de 1988	499

Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1. Significado.....	502
2. Natureza jurídica	503

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo.....	504
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988.....	504
5. Evocação à Divindade.....	505

Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1. Que são princípios fundamentais.....	507
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.....	508
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	520
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira.....	521
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	524

Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	526
2. Que são direitos fundamentais.....	526
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais.....	527
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização.....	527
5. Declarações de direitos fundamentais.....	527
6. Gerações dos direitos fundamentais.....	528
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	528
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	529
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	529
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade.....	529
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos.....	530
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz.....	530
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	531
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	532
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988.....	533
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	533
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	534
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	534
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	536
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas.....	536
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	537
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	538
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas.....	538
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais.....	539
a) Vinculação legislativa.....	539
b) Vinculação executiva.....	539
c) Vinculação jurisdicional.....	540
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais.....	540
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	541
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa.....	542
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	543
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>).....	543
16.1. Aborto.....	545
16.2. Anencefalia.....	545
16.3. Eutanásia.....	549
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana.....	550
16.4. Suicídio.....	551
16.5. Pena de morte.....	551
16.6. Clonagem.....	553
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>).....	554
a) Ações afirmativas.....	555
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186.....	557

17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	560
17.2. Igualdade formal e igualdade material	561
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	561
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	562
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	562
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95	563
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto	563
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV)	564
18.1. Legalidade e reserva legal	566
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	566
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	566
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV)	567
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF	569
21. Direito de resposta (art. 5º, V)	570
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X)	572
22.1. Vida privada e intimidade	572
22.2. Honra	573
22.3. Imagem	573
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X)	574
23.1. Dano material	574
23.2. Dano moral	575
23.3. Dano estético	576
23.4. Dano à imagem	577
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	577
24.1. Escusa de consciência	579
24.2. Intolerância religiosa	580
a) Intolerância religiosa como conduta de ódio	581
b) Intolerância religiosa subjetiva e objetiva	583
c) Vedação constitucional à intolerância religiosa	584
d) Legislação sobre intolerância religiosa	587
e) Por uma nova legislação de combate à intolerância religiosa	588
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII)	589
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	590
26.1. Limites à liberdade de expressão	590
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI)	591
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	593
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco	594
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição	594
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	595
28.1. Sigilo de correspondência	597
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas	598
28.3. Sigilo das comunicações de dados	598
a) Sigilo bancário	599
b) Sigilo fiscal	602
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs	603
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	604
d.1) Primeiro estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo só com ordem judicial	607
d.2) Segundo estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo sem ordem judicial	608
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público	610
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas	613
a) Interceptação telefônica	613
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptações telefônicas)	614
b) Interceptação telefônica em face do sigilo profissional	618
c) Gravação clandestina	618
c.1) Absurdo que deve ser combatido	621
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida	622
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas	623

29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	624
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI)	626
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	628
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>)	630
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	630
34. Direito de requisição (art. 5º, XXV)	633
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	635
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	635
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	636
38. Direito de herança (art. 5º, XXX)	637
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI)	637
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V)	638
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII)	639
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV)	639
a) Sigilo da fonte	639
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte	639
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII)	640
a) Decreto n. 5.301/2004	640
b) Decreto n. 5.584/2005	641
c) Lei n. 12.527/2011	642
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV)	642
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI)	645
43.1. Direito adquirido	646
a) Como funciona a garantia do direito adquirido	647
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido	647
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito	648
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais	649
43.2. Ato jurídico perfeito	650
43.3. Coisa julgada	651
43.4. Preservação de situações de fato	651
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	652
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>)	653
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>)	654
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>)	654
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>)	655
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função	655
45. Garantias constitucionais criminais	658
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX)	658
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL)	659
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI)	660
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII)	660
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII)	661
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV)	664
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV)	665
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI)	665
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII)	667
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV)	667
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira	669
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII)	672
a) Advento da Lei n. 12.037/2009	673
b) Os não identificados civilmente	673
c) Como atestar a identificação civil	674
d) O que se inclui na identificação criminal	674
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo	674
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000	674
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	675
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI)	677
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII)	677

a) Descumprimento de obrigação alimentar	680
b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	681
c) Prisão civil do devedor fiduciário	681
46. Extradicação (art. 5º, LI e LII).....	682
46.1. Regras constitucionais para a extradição.....	683
46.2. Requisitos legais para a extradição.....	685
46.3. Competência para processar e julgar o extraditando.....	687
46.4. Deveres do Estado requerente da extradição.....	687
46.5. Pedido de extensão: entendimento do STF	688
46.6. Papel do Supremo Tribunal Federal na extradição	688
46.7. Pedido extradicional: procedimento.....	689
46.8. Prisão no procedimento extradicional	690
46.9. Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	692
46.9.1. Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”	694
46.10. Expulsão.....	696
46.11. Extradição e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros.....	697
47. Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	698
47.1. Funcionamento e importância do devido processo legal.....	699
47.2. Qual a amplitude do devido processo legal?	699
47.3. Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	701
a) Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	702
b) Princípio da razoabilidade.....	704
c) Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	705
d) Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	708
d.1) Interrogatório por videoconferência	711
e) Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	713
e.1) Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	715
e.2) Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	716
e.3) Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada	718
f) Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X)	720
g) Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	722
g.1) Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	724
h) Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	725
i) Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	727
i.1) HC 126.292/SP do STF: pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância...	730
i.2) ADCs 43, 44 e 54: início do cumprimento da pena só após o trânsito em julgado	733
i.3) Delação premiada	735
48. Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	737
48.1. Princípio da não tipicidade constitucional	737
48.2. Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	738
a) Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	740
b) Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	742
49. Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	744
49.1. Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado estrangeiro.....	745
50. Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	748
a) Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	748
b) Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira....	748
c) Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	749

Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES

1. Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	751
2. Direito de petição (art. 5º, XXXIV, <i>a</i>).....	752
3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, <i>b</i>)	754

4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII)	756
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i>	757
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração	763
4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	764
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	766
4.5. Ato de particular	766
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais	767
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça	768
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal	769
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais	769
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	770
4.11. Punições disciplinares militares	771
4.12. Coação ilegal atribuída à Turma do STF	771
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	771
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente	772
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo	772
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional	772
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX)	773
5.1. Perfil do mandado de segurança	774
5.2. Cabimento do mandado de segurança	775
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante)	778
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado)	780
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator)	780
5.6. Procedimento	782
a) Petição inicial	782
5.7. Prazo para impetração	784
5.8. Competência	785
a) Competência do Supremo Tribunal Federal	785
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte	786
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça	787
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais	787
d) Competência dos juízes federais	787
e) Competência dos Juizados Especiais	787
5.9. Liminar em mandado de segurança	787
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009	788
6. Desistência da ação de segurança	790
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX)	791
7.1. Regime jurídico	791
7.2. Natureza	791
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos	792
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe	793
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade	794
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes)	794
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	795
b) Sindicatos, entidades de classe e associações	797
7.7. Legitimidade passiva	798
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio	798
7.9. Coisa julgada	798
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo	799
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI)	799
8.1. Antecedentes	800
8.2. Natureza jurídica	800
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão	800
8.4. Requisitos	801

8.5. Objeto.....	801
8.6. Legitimidade ativa	803
a) Mandado de injunção coletivo.....	803
8.7. Legitimidade passiva.....	805
8.8. Procedimento: Lei n. 13.300/2016.....	806
8.8.1. Petição inicial	806
8.8.2. Oitiva do Ministério Público	807
8.9. Medida liminar.....	807
8.10. Competência.....	807
8.11. Decisão.....	809
8.12. Efeitos do mandado de injunção.....	809
a) Efeitos do mandado de injunção na Lei n. 13.300/2016	811
8.13. Análise da Lei n. 13.300/2016.....	813
9. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII)	814
9.1. Antecedentes	815
9.2. Natureza jurídica	815
9.3. Finalidades	815
9.4. Cabimento	816
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	816
b) <i>Habeas data</i> e dados sigilosos da sociedade e do Estado	817
9.5. Legitimidade ativa	818
a) Impetração em nome de terceiros	818
b) <i>Habeas data</i> coletivo	818
9.6. Legitimidade passiva.....	818
9.7. Competência.....	819
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97)	820
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII)	822
10.1. Origem.....	822
10.2. Perfil constitucional.....	823
10.3. Finalidade: defender interesses difusos	823
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	823
10.5. Legitimidade ativa	825
10.6. Legitimidade passiva.....	827
10.7. Competência.....	827
10.8. Sentença e coisa julgada.....	828
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência.....	829

Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento	830
2. Finalidade dos direitos sociais	830
3. Natureza dos direitos sociais	830
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	831
5. Classificação dos direitos sociais.....	831
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais	831
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	832
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	833
8.1. Alimentação e transporte como direitos sociais básicos: a Emenda Constitucional n. 64/2010... ..	835
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	836
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	851
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	853
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	853
10.2. Contribuições confederativa e sindical	856
11. Direito de greve (art. 9º).....	858

Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	860
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	860
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	861
a) Brasileiro nato	861
b) Brasileiro naturalizado	861
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária	862
4.1. Aquisição da nacionalidade originária.....	862
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>).....	863
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>).....	863
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmati- va (art. 12, I, <i>c</i>).....	864
c.1) Nacionalidade potestativa e opção	864
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988	865
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988	865
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro.....	865
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioridade (18 anos completos) ..	866
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária.....	868
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>).....	868
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade	868
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade.....	869
4.2.2. Tipos de naturalização	870
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização)	870
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa)	870
b.1) Naturalização ordinária (ou comum)	870
b.1.1) Quase nacionalidade	871
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária)	874
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior	875
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados	877
a) Extradicação (CF, art. 5º, LI)	877
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º)	877
c) Função (CF, art. 89, VII)	878
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222) ...	878
6. Perda da nacionalidade	879
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição).....	880
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança)	880
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira.....	881
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira	881
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei	881
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967	882
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	882

Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS

1. Que são direitos políticos.....	883
2. Como se classificam os direitos políticos.....	883
3. Direitos políticos positivos.....	883
3.1. Direito de sufrágio.....	884
a) Natureza jurídica do sufrágio	884
b) Espécies de sufrágio	885
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva	886
c.1) Elegibilidade.....	887
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º).....	887
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto	889
d.1) Natureza do voto	890
d.2) Características do voto	890
d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto.....	891

e) Eleitorado.....	893
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”	893
3.2. Sistemas eleitorais	893
a) Sistema majoritário	894
b) Sistema proporcional	894
c) Sistema misto	895
3.3. Procedimento eleitoral	896
4. Direitos políticos negativos	896
4.1. Inelegibilidades	897
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988	897
a) Inelegibilidades absolutas.....	898
b) Inelegibilidades relativas	898
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º)	899
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º)	903
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º)	907
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º).....	912
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º).....	913
4.2. Privação dos direitos políticos	917
4.2.1. Perda dos direitos políticos	918
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos	920
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE	920
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais	922
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e).....	924
5. Reaquisição dos direitos políticos.....	924
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	924
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	925
6. Princípio da anualidade eleitoral	925
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta	926
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade	927
7. Cassação dos direitos políticos	927
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral	928
8. Impugnação de mandato eletivo	928
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo	929
9. Princípio da fidelidade partidária.....	930
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação.....	932

Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS

1. Que são partidos políticos?	933
2. Origem dos partidos políticos.....	933
3. Partidos políticos na Constituição de 1988	933
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos	934
5. Autonomia partidária	935
6. Registro partidário	937
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral.....	937
8. Partidos políticos e organizações paramilitares	939
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira	939
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º).....	940

Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder	943
--	-----

2. Federação	943
2.1. O Estado Federal brasileiro.....	945
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>).....	946
2.3. Princípio implícito da simetria federativa.....	946
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2º, VI e XII, <i>g</i>)	947
3. Entidades componentes da federação brasileira	948
4. União	948
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI)	949
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º)	951
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º).....	951
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º)	952
5. Estados	953
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25).....	954
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125).....	956
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV)	959
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º).....	959
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º)	960
6. Municípios	961
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i>)	962
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29)	963
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A).....	964
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III)	964
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V)	964
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV).....	965
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X).....	965
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça	966
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores	968
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	968
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais	968
d.5) Competência dos juízes de direito	969
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º).....	970
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV)	971
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988	971
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009.....	973
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009....	973
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	975
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal	975
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII)	978
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII)	980
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX).....	982
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)...	982
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI)	983
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII).....	983
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII).....	983
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º).....	983
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º — redação dada pela EC n. 16/96)	984
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008.....	986
7. Distrito Federal	987
7.1. Natureza.....	987
7.2. Brasília — Capital Federal.....	987
7.3. Autonomia	988
7.4. Governo do Distrito Federal.....	990

8. Vedações constitucionais de natureza federativa	991
9. Territórios Federais	992
9.1. Natureza autárquica	993
9.2. Como surgiram os Territórios Federais	993
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil	993
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá	993
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco	994
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil	995
10. Competências federativas	996
10.1. Repartição de competências federativas	997
a) Princípio da predominância do interesse	997
b) Técnicas de repartição de competências	997
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	998
10.3. Competências da União	1001
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	1001
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012	1004
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	1004
10.4. Competências dos Estados	1009
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º)	1010
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º)	1010
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único)	1010
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	1011
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	1011
10.5. Competências do Distrito Federal	1011
10.6. Competências dos Municípios	1012
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	1014
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	1015
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1018
11. Intervenção	1020
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	1022
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	1023
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	1025
c) Procedimento da intervenção federal	1026
c.1) Fase inicial	1026
c.2) Fase judicial	1027
c.3) Fase do decreto interventivo	1027
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	1028
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	1029

Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988	1031
2. Decreto-Lei n. 200/67	1033
2.1. Administração direta	1033
2.2. Administração indireta	1033
3. Princípios constitucionais da Administração Pública	1035
3.1. Princípio da legalidade administrativa	1036
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa	1037
3.3. Princípio da moralidade administrativa	1037
3.4. Princípio da publicidade administrativa	1040
3.5. Princípio da eficiência administrativa	1040
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública	1043
5. Agentes públicos na Constituição	1061
5.1. Agentes políticos	1061

5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público	1062
5.3. Servidores públicos	1062
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo	1063
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1064
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos	1065
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos	1065
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis	1065
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis	1066
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável	1068
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1070
6.1. Regime jurídico único	1070
6.2. Subsídios	1071
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios	1073
6.2.2. Preservação do direito adquirido	1073
6.3. Teto remuneratório	1074
6.3.1. Emenda Constitucional n. 95/2016: limite de despesas públicas	1076
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal	1077
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003	1077
6.6. Princípio da periodicidade	1078
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias	1079
6.8. Proibição do “efeito repicão”	1080
6.9. Disponibilidade remunerada	1081
7. Aposentadoria dos agentes públicos	1082
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas	1084
7.2. Espécies de aposentadoria	1084
a) Aposentadoria por incapacidade permanente	1084
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012	1086
b) Aposentadoria compulsória	1086
c) Aposentadoria voluntária	1087
7.3. Regras para a aposentadoria	1088
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	1093
Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	
1. Organização constitucional de Poderes	1095
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas	1097
3. Poder Legislativo	1097
3.1. Congresso Nacional	1098
a) Atribuições do Congresso Nacional	1100
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV)	1101
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII)	1102
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º)	1106
c) Funcionamento do Congresso Nacional	1107
c.1) Legislatura: significado e período de duração	1107
c.2) Sessões legislativas	1108
c.3) Recesso parlamentar	1109
c.4) Deliberações parlamentares	1110
c.4.1) Quórum	1110
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias	1110
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade	1111
3.2. Câmara dos Deputados	1111
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1113
b) Sistema proporcional	1113
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados	1115
3.3. Senado Federal	1116
a) Sistema majoritário	1117

b) Competência privativa do Senado Federal.....	1117
3.4. Estatuto dos Congressistas	1122
3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares	1122
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares	1124
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>)	1124
a) Como funciona a imunidade material.....	1125
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001	1126
c) Extensão da imunidade material	1127
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1127
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades	1128
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1128
d.3) Crimes contra a honra.....	1128
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele	1129
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1131
d.6) Depoimento prestado em CPI	1131
d.7) Propaganda eleitoral.....	1132
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1132
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º)	1132
a) Conteúdo da imunidade processual	1133
b) Abrangência da imunidade processual.....	1133
c) Extensão no tempo da imunidade processual.....	1134
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1134
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1135
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns	1136
d.3) Arquivamento da denúncia	1136
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1137
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF	1138
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares	1138
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa	1139
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001	1139
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º)	1141
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1142
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, c/c o art. 143).....	1143
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1143
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54).....	1143
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º)	1144
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º)	1147
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF	1148
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1148
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º)	1149
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios	1150
3.18. Comissões parlamentares.....	1151
3.19. Comissões permanentes.....	1152
3.20. Comissões temporárias ou especiais	1153
3.21. Comissões mistas	1153
3.22. Comissões parlamentares de inquérito	1154
a) Para que servem as CPIs	1155
b) Quórum de criação das CPIs	1156
c) Poderes investigatórios das CPIs	1157
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1159
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1165
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1166
f) Controle judicial das CPIs	1168

g) Medidas processuais contra atos das CPIs	1169
h) Intimação para depor em CPI.....	1172
i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo	1174
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação	1177
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada	1182
l) Prerrogativas profissionais do advogado	1186
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar	1188
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar	1190
o) Relatório.....	1192
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores	1193
3.23. Comissão parlamentar representativa	1194
3.24. Processo legislativo.....	1194
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1195
3.24.2. Classificação do processo legislativo	1197
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1197
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1198
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei.....	1198
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1199
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário	1204
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial	1205
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público	1206
a.1.5) Iniciativa popular de lei	1207
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações.....	1207
a.2.1) Deliberação parlamentar.....	1207
a.2.1.1) Emenda parlamentar	1210
a.2.1.2) Votação	1210
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1211
a.2.2) Deliberação executiva.....	1211
a.2.2.1) Sanção.....	1211
a.2.2.2) Veto presidencial	1212
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1214
a.3.1) Promulgação.....	1214
a.3.2) Publicação	1215
b) Procedimento legislativo sumário.....	1215
c) Procedimento legislativo especial	1216
3.25. Espécies normativas	1217
a) Hierarquia entre as espécies normativas	1217
b) Atributos das espécies normativas	1218
3.25.1. Emendas à Constituição	1219
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1219
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1220
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda	1220
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda.....	1221
3.25.2. Leis complementares	1221
a) Natureza das leis complementares	1221
b) Surgimento das leis complementares no Brasil	1222
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias.....	1222
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1223
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1223
f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1223
3.25.3. Leis ordinárias	1224
a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1225

b) Lei ordinária como ato complexo.....	1225
3.25.4. Leis delegadas	1225
a) Justificativa das leis delegadas.....	1226
b) Natureza das leis delegadas	1226
c) Surgimento no Brasil	1226
d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas	1226
e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1229
3.25.5. Medidas provisórias.....	1229
a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1230
b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1231
c) Questões suscitadas das medidas provisórias	1232
d) Natureza das medidas provisórias.....	1232
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias	1233
f) Características das medidas provisórias	1233
f.1) Excepcionalidade	1233
f.2) Efemeridade	1233
f.3) Precariedade	1234
f.4) Condicionamento.....	1234
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade.....	1234
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias	1237
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias	1238
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional	1240
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1241
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1242
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional	1243
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1244
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1244
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei	1245
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?	1246
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1247
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988	1248
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada	1248
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988	1248
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar	1248
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988	1249
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1249
n.7) Proibição em matéria penal.....	1251
o) O § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1252
3.25.6. Decretos legislativos.....	1253
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos	1253
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais	1253
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1253
3.25.7. Resoluções	1254
a) Natureza e efeitos das resoluções.....	1254
b) Campo de incidência das resoluções	1255
c) Espécies de resolução	1255
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1255
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1256
4.1. Função fiscalizatória na Constituição.....	1256
4.2. Modalidades de fiscalização	1257
4.3. Formas de controle	1257
a) Controle externo	1257
b) Controle interno (ou autocontrole)	1257

4.4. Quem deve prestar contas?.....	1258
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública	1258
4.6. Tribunais de Contas.....	1258
a) Missão dos Tribunais de Contas	1259
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1259
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1259
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1260
b) Competências do Tribunal de Contas da União.....	1261
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1264
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1266
5. Poder Executivo.....	1266
5.1. Presidencialismo	1267
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1268
5.3. Vice-Presidente da República.....	1270
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1271
5.5. Vacância da Presidência da República	1274
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República.....	1274
a) Substitutos do Presidente da República.....	1274
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva.....	1275
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial.....	1276
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1276
a) Princípio da delegação de competência presidencial	1276
5.9. Responsabilidade do Presidente da República	1277
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1278
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1278
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas	1279
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1279
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1280
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1280
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1281
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1282
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1284
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade.....	1285
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República	1287
a) Origem do <i>impeachment</i>	1288
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1288
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1289
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1292
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1293
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1295
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1295
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1295
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1297
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1300
a) Ministros de Estado	1300
b) Conselho da República.....	1302
c) Conselho de Defesa Nacional	1302
6. Poder Judiciário.....	1303
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1303
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1305
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1306
6.4. Regra do quinto constitucional.....	1308
6.5. Garantias do Poder Judiciário	1309

a) Garantias institucionais da magistratura	1310
a.1) Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1310
a.1.1) O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988?	1313
a.2) Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1313
a.2.1) Princípio do autogoverno da magistratura	1315
b) Garantias funcionais da magistratura	1316
b.1) Garantias funcionais de liberdade	1316
b.1.1) Vitaliciedade.....	1316
b.1.2) Inamovibilidade.....	1317
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1317
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade.....	1318
6.6. Precatórios judiciais	1319
a) Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos	1322
b) Débitos de natureza alimentícia.....	1322
c) Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos	1324
d) Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor	1324
e) Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009	1325
e.1) Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009	1328
e.2) Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF.....	1330
f) Emenda Constitucional n. 94/2016.....	1332
6.7. Órgãos do Poder Judiciário	1333
6.8. Supremo Tribunal Federal.....	1335
a) Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1337
b) Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?	1339
c) Composição do Supremo Tribunal Federal	1339
d) Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1341
d.1) Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1341
d.1.1) Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG)	1344
d.2) Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1345
d.3) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1351
d.3.1) Recurso ordinário constitucional.....	1351
d.3.2) Recurso extraordinário	1352
d.3.2.1) Repercussão geral das questões constitucionais.....	1354
d.3.2.1.1) Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1356
d.3.2.2) Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância	1357
e) Súmula vinculante	1361
6.8.1. Conselho Nacional de Justiça	1380
a) Composição do Conselho Nacional de Justiça	1381
b) Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1383
c) Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça	1384
6.9. Superior Tribunal de Justiça.....	1385
a) Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1385
b) Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	1386
b.1) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça	1387
b.2) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1390
b.2.1) Recurso ordinário para o STJ.....	1390
b.2.2) Recurso especial	1391
b.2.2.1) Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1393
b.2.2.2) Recurso especial e tutela de princípio geral de direito.....	1394
c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1395
d) Conselho da Justiça Federal	1395

6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1396
a) Órgãos da Justiça Federal.....	1397
a.1) Tribunais Regionais Federais	1397
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1397
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais	1398
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	1398
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	1400
a.2) Juízes federais	1400
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau	1400
a.2.2) Competência dos juízes federais	1400
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais	1404
6.11. Tribunais e juízes do trabalho	1406
a) Organização da Justiça do Trabalho	1406
a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1406
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1407
a.3) Juízes do trabalho.....	1408
b) Competência da Justiça do Trabalho	1409
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal.....	1410
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal.....	1411
6.12. Tribunais e juízes eleitorais.....	1414
a) Órgãos da Justiça Eleitoral	1415
a.1) Tribunal Superior Eleitoral	1415
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais.....	1415
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1417
6.13. Tribunais e juízes militares.....	1418
a) Órgãos da Justiça Militar	1418
a.1) Superior Tribunal Militar	1418
a.2) Tribunais e juízes militares.....	1419
6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1420
a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1420
b) Usurpação de iniciativa reservada.....	1420
c) Competência dos Tribunais de Justiça.....	1421
d) Organização da Justiça Militar estadual.....	1422
6.15. Juizados especiais	1423
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1424
b) Juizados cíveis e criminais	1424
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas	1425
d) Procedimento sumariíssimo	1426
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1426
6.16. Juizados de paz	1426

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça?	1428
2. Ministério Público	1429
2.1. Origem do Ministério Público	1429
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1430
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	1430
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988.....	1431
2.5. Posição institucional do Ministério Público	1433
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1434
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público	1434
a) Unidade.....	1435
b) Indivisibilidade.....	1435
c) Independência funcional	1435

c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público	1436
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1437
2.8. Organização constitucional do Ministério Público	1438
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República..	1438
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça	1440
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público	1441
2.10. Garantias do Ministério Público	1443
a) Garantias institucionais do Ministério Público.....	1444
b) Garantias funcionais do Ministério Público	1444
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1444
b.1.1) Vitaliciedade	1444
b.1.2) Inamovibilidade.....	1445
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1446
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1446
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1449
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1449
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis	1451
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?	1451
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	1453
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93	1457
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1458
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais	1459
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público	1459
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público	1460
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1461
3. Advocacia Pública.....	1461
3.1. Advocacia-Geral da União	1461
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1463
4. O profissional da advocacia	1464
4.1. Mandamentos do advogado	1466
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado	1466
4.3. Inviolabilidade do advogado	1467
4.4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1469
4.5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1470
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1470
4.7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública.....	1470
5. Defensoria Pública.....	1470
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública.....	1471
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos.....	1472
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014.....	1473
a) <i>Locus</i> constitucional	1473
b) <i>Status</i> de permanência.....	1474
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública	1474
d) A terminologia “aplicando-se no que couber”	1474
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos	1475
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009	1475

Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	1478
1.1. Defesa do Estado	1478
1.2. Defesa das instituições democráticas	1478
2. Sistema constitucional de crises	1479
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio.....	1479

2.1.1. O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º)	1481
a) Pressupostos materiais e formais de decretação	1481
b) Prisão no estado de defesa	1482
c) O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político	1482
2.1.2. O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139)	1483
a) Pressupostos materiais e formais de decretação	1483
b) Tipos de estado de sítio	1484
c) Efeitos da decretação do estado de sítio	1484
d) O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político	1484
2.1.3. Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio	1485
2.1.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141)	1486
3. Forças Armadas	1486
3.1. Importância das Forças Armadas	1486
3.2. Composição das Forças Armadas	1487
3.3. Instituições nacionais, permanentes e regulares	1487
3.4. Hierarquia e disciplina	1487
3.5. Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143)	1488
4. Segurança pública	1491
4.1. Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a V)	1492
5. Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009	1494

Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1. Bases constitucionais da tributação	1495
2. Componentes do sistema constitucional tributário	1497
2.1. Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156)	1498
2.1.1. Impostos federais: competência da União	1498
2.1.2. Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal	1501
2.1.3. Impostos municipais: competência dos Municípios	1503
2.2. Taxas (CF, art. 145, II)	1504
2.3. Empréstimos compulsórios (CF, art. 148)	1507
2.4. Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149)	1508
3. Prevenção de conflitos tributários	1510
3.1. Lei complementar tributária	1511
3.1.1. Normas gerais em matéria tributária	1511
4. Limitações constitucionais ao poder de tributar	1514
4.1. Imunidades	1515
4.2. Vedação de privilégios odiosos	1518
4.3. Princípios constitucionais tributários	1521
4.3.1. Princípios constitucionais tributários expressos	1522
a) Princípio da legalidade tributária (art. 150, I)	1522
b) Princípio da igualdade tributária (art. 150, II)	1522
c) Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º)	1522
d) Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, a)	1523
e) Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, b)	1524
f) Princípio da carência tributária (art. 150, III, c)	1525
g) Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV)	1526
h) Princípio da liberdade de tráfego (art. 150, V)	1526
4.3.2. Princípios constitucionais tributários decorrentes	1527
a) Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I)	1527
b) Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145)	1527
c) Princípio da não surpresa (art. 5º, II, c/c o art. 150, I)	1527
4.3.3. Princípios constitucionais tributários vedatórios	1529
a) Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I)	1529
b) Princípio da limitação de rendas (art. 151, II)	1529

c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III)	1529
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152)	1529
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos	1529
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II)	1529
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I)	1530
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I)	1531
5. Repartição das receitas tributárias	1531

Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria	1534
2. Finanças públicas	1534
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas	1535
2.2. Banco Central	1535
3. Orçamento	1536
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988	1537
3.2. Organização dos orçamentos públicos	1538
a) Receita pública	1538
b) Despesa pública	1538
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo	1540
a) Lei complementar financeira	1540
b) Lei plurianual	1541
c) Lei de diretrizes orçamentárias	1541
d) Lei orçamentária anual	1542
3.4. Orçamento-programa	1543
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988	1544
3.5. Princípios constitucionais orçamentários	1544
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária	1545
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária	1545
c) Princípio constitucional da programação orçamentária	1546
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária	1546
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário	1547
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária	1547
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária	1548
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento	1548
i) Princípio constitucional da não afetação da receita	1549
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários	1549
3.6. Elaboração das leis orçamentárias	1550
3.7. Apreciação das leis orçamentárias	1551
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias	1551
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual	1553
3.10. Emendas Constitucionais n. 86/2015 e n. 100/2019	1554

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude	1556
2. Constituição econômica	1556
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica	1557
4. Princípios gerais da atividade econômica	1558
5. Normas constitucionais da atividade econômica	1561
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172)	1561
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173)	1562
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174)	1566
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175)	1567
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176)	1569
5.6. Monopólios (CF, art. 177)	1570
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178)	1572

5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1573
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180)	1574
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181)	1574
6. Política urbana.....	1574
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1575
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1575
b) Usucapião <i>pro moradia</i> (CF, art. 183)	1577
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1578
7.1. Política agrícola	1579
7.2. Política fundiária	1579
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1580
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189)	1580
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1581
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191)	1581
7.3. Reforma agrária	1582
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>)	1584
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1585
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1587
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º)	1588
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1588
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1588
8. Sistema financeiro nacional	1588
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição	1589
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1590
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1590
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192	1590
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003	1591
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas	1591
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1592
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir	1593
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa	1595
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1595
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça	1596
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano	1597
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1597
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1598
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência	1598
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1598
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1599
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1599
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1599

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1600
2. Seguridade social	1600
2.1. Objetivos da seguridade social	1601
2.2. Financiamento da seguridade social	1602
3. Saúde.....	1603
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde	1605
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1606
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010	1609
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1609
3.4. Direito à saúde e políticas públicas	1610
4. Previdência social.....	1611

4.1. Organização da previdência social.....	1611
4.2. Vedações constitucionais previdenciárias.....	1613
a) Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º)	1613
b) Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1614
c) Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º)	1614
d) Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º)	1614
4.3. Regras constitucionais para a aposentadoria	1614
4.4. Previdência privada de caráter complementar.....	1616
5. Assistência social.....	1618
5.1. Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1618
5.2. Ações governamentais.....	1619
6. Educação, cultura e desporto	1620
6.1. Educação.....	1620
6.1.1. Educação como programa constitucional	1621
6.1.2. Princípios constitucionais do ensino	1622
6.1.2.1. Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12	1624
6.1.3. Autonomia universitária	1625
6.1.4. Garantias constitucionais da educação	1628
6.1.5. Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1630
6.1.6. Sistemas de ensino	1631
6.1.7. Financiamento do ensino público.....	1631
6.1.8. Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1633
6.1.9. Plano decenal de educação	1633
6.2. Cultura.....	1634
6.2.1. Direitos constitucionais culturais.....	1634
6.2.2. Patrimônio cultural brasileiro	1635
6.2.3. Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012	1637
6.3. Desporto	1638
6.3.1. Justiça desportiva.....	1639
a) Justiça desportiva.....	1639
b) Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado	1639
c) Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas	1640
d) Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1640
e) Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1640
f) Estatuto de Defesa do Torcedor.....	1641
7. Ciência e tecnologia.....	1641
8. Comunicação social.....	1643
8.1. Liberdade de comunicação social.....	1643
8.2. Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social	1644
8.3. Princípios constitucionais dos meios de comunicação	1646
8.4. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1646
8.5. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1647
8.6. Comunicação social e direito de antena	1648
9. Meio ambiente	1649
9.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado	1651
9.2. Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1652
9.3. Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1654
10. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1656
10.1. Família como base da sociedade.....	1657
10.1.1. Regras constitucionais das relações familiares	1659
10.1.2. Regras constitucionais do casamento	1660
10.1.3. Emenda Constitucional do divórcio	1661
10.1.4. União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1665
10.1.5. Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1667
10.1.6. Transgêneros: possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo.....	1667

10.2. Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens	1668
10.3. Amparo constitucional aos idosos	1670
10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1671
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1º)	1672
b) Extensão de direitos (art. 2º)	1672
c) Princípio da solidariedade (art. 3º)	1672
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3º, parágrafo único)	1672
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8º a 10)	1673
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14)	1673
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19)	1673
h) Gratuidade de transporte público (arts. 39 a 42)	1674
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1675
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50)	1676
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71)	1676
11. Índios	1677
11.1. Tutela constitucional do indígenato	1677
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1678
11.3. Usufruto exclusivo	1679
11.4. Mineração em terras indígenas	1679
11.5. Princípio da imutabilidade dos índios	1680
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas	1680
11.7. Demarcação das terras indígenas	1680
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol	1682
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios	1687
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas	1687

Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

1. Significado	1689
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais	1690
3. Vedações à União (art. 234)	1690
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI)	1690
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1º a 3º)	1692
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237)	1695
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238)	1695
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239)	1695
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240)	1696
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241)	1697
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242)	1697
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243)	1697
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244)	1698
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245)	1699
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246)	1699
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247)	1700
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248)	1700
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250)	1700

Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

1. Significado	1701
2. Natureza jurídica	1701
3. Locus das disposições constitucionais transitórias	1702
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias	1703
5. Disposições transitórias e princípio da recepção	1703
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais	1704

Bibliografia	1707
--------------	------

Índice remissivo	1739
------------------	------